



UNIVERSIDADE DEFERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal

REQUERIMENTO PARA DESIGNAÇÃO DE COMPANHEIRO(A)

Requerente	E-mail
Situação <input type="checkbox"/> Servidor em Atividade <input type="checkbox"/> Servidor Aposentado	Identificação Única
Cargo	

Eu, acima identificado, venho requerer a designação de
.....RG.....Órgão Expedidor.....CPF.....
na condição de companheiro(a) para os efeitos previstos na Lei 8.112, de 11/12/90, e legislação pertinente.
Ressalto, ainda, que, no caso de desfazimento do vínculo de união estável com a pessoa ora designada, comprometo-me a comunicar a essa Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal para os fins devidos.

Data Assinatura

Documentação

1. Certidão de Nascimento de filhos em comum, se houver, e
2. Documento de Identificação do(a) designado(a): RG ou Certidão de Nascimento e
3. Comprovação de Residência em Comum (contas de luz, água, condomínio, telefone, recibos de pagamento de aluguel, conta conjunta em banco e outras), constando em um comprovante o nome do(a) servidor(a) e em outro o nome de seu/sua companheiro(a) e preenchimento da declaração abaixo.
4. Qualquer outro documento que firme a convicção da manutenção da união estável.
5. Declaração de União Estável, firmada em Cartório (opcional). Neste caso, não é necessário apresentar os documentos relacionados nos itens 3 e 4 acima.

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da Lei, responsabilizando-nos pelas informações prestadas, que convivemos em união familiar há mais de anos, coabitando no endereço abaixo indicado.

Declaro, ainda, que meu (minha) companheiro(a):

() é meu (minha) dependente economicamente () não é meu (minha) dependente economicamente

Endereço no qual coabitamos

Data Ass. Servidor

Ass. Companheiro(a).....

TESTEMUNHAS

Declaramos, sob as penas da Lei, conhecer as pessoas acima identificadas, que convivem em união estável há mais de anos.

Nome.....CPF.....Assinatura.....

Nome.....CPF.....Assinatura.....

Constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, prestar declaração falsa com o fim de criar obrigação ou alterar verdade sobre fatos juridicamente relevantes. Pena: reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa.